CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 122/90

INTERESSADO: MARCOS SEIXAS FRANCO DO AMARAL

ASSUNTO: RECURSO - Revisão de avaliação final - Escola de 1º Grau "Novo Horizonte" - Capital.

RELATORA: Consª Elba Siqueira de Sá Barretto

PARECER CEE Nº 379 /90 - APROVADO EM 09/05/1990.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A Sra. Nilza Cintra Seixas, mãe do menor Marcos Seixas Franco do Amaral, em requerimento datado de 21 de dezembro de 1989, deu entrada na 13ª DE de pedido de revisão da avaliação final de seu filho, na 6ª série do 1º grau, no ano de 1989, na Escola de 1º Grau "Novo Horizonte".

Segundo a ficha individual, o aluno ficou retido, após o processo de recuperação, em 4 componentes curriculares: Inglês, História, Matemática e Ciências.

A direção da Escola esclarece que desde o início do ano letivo o aluno recebeu acompanhamento da Orientadora Educacional e Pedagógica e que os pais foram informados de seu desenvolvimento através das fichas de acompanhamento individual.

No 1º semestre, a Escola desenvolveu as recuperações contínuas I e II e intensiva I, tendo o aluno participado dos 3 processos nas disciplinas: História, Geografia, Matemática, Ciências e Português.

No 2º semestre o aluno participou também das recuperações em 4 disciplinas: História, Geografia, Português, Ciências e Inglês.

Por solicitação do estabelecimento de ensino, a família providenciou um psicopedagogo para desenvolver um trabalho em conjunto com a Escola. Mesmo assim, no 3º bimestre, o aluno não teve bom desempenho em quatro disciplinas e, no 4º, em duas, após aos processos de recuperação.

Apesar de ter participado de todo o processo de recuperação a que a Escola submete os seus alunos, ele não conseguiu, ao final do ano, atingir o mínimo necessário em quatro disciplinas, o que o impediu de participar do Conselho de Classe, pois, de acordo com o artigo 93 do Regimento da Escola, o aluno só tem direito à apreciação pelo Conselho de Classe em até duas disciplinas.

A supervisão de ensino da 13ª DE, concluiu, através das informações prestadas pela Escola que, embora tenha procurado manter a famí-

lia ciente do grau de participação do aluno nos trabalhos propostos pela U.E., não foi suficiente o acompanhamento providenciado pela família no 2º semestre.

A proposta da Escola foi a de um trabalho construído diariamente através de atividades em classe; e extra-classe para que os objetivos propostos por ela fossem atingidos.

A supervisão escolar é de opinião que, para o aluno, é melhor refazer a 6ª série e a família dar continuidade ao processo de orientação psicopedagógica até que ele supere as dificuldades frente às atividades escolares.

A Sra. Delegada de Ensino, acolhe o parecer da Sra. Supervisora e encaminha o protocolado a este Conselho.

2. APRECIÇÃO

Trata-se de recurso contra a decisão do Conselho de Classe que manteve a retenção do aluno Marcos Seixas Franco do Amaral, na 6ª série do 1º grau na Escola de 1º Grau "Novo Horizonte" em 1989.

O artigo 14 da Lei 5692/71 estabelece que a função de avaliar deve ficar a cargo dos estabelecimentos de ensino, na forma em que dispuser seu Regimento Escolar.

Segundo a ficha individual, em 1989, o aluno ficou retido, após o processo de recuperação, em 4 componentes curriculares:

Disciplina	1º B	2º B	3º B	4º B	RECUPERAÇÃO	MÉDIA FINAL
Inglês	5,0	6,5	3,0	5,0	4,5	4,5
História	3,0	2,0	4,5	6,0	5,0	4,6
Matemática	4,0	4,0	5,0	2,5	5,0	4,4
Ciências	4,0	5,5	5,0	4,0	4,5	4,6

Analisando os quadros de recuperação contínua I, II e intensiva, além das disciplinas em que ficou retido, observa-se que o aluno submeteu-se ainda à recuperação em Geografia e Português, disciplinas nas quais atingiu os pontos necessários.

A mãe discorda da avaliação feita pela Escola, pois seu filho foi submetido a testes em outras escolas e foi considerado em condições de cursar uma 7ª série.

De acordo com o até aqui exposto, observa-se que a direção da Escola atendeu às disposições legais e regimentais, ciente de que é de sua competência a avaliação do aproveitamento do aluno e de que os resultados obtidos por ele ao longo do ano letivo devem preponderar sobre os da prova final.

Pelos documentos anexados ao expediente, pode-se constatar que a Escola ofereceu recuperações ao longo do ano letivo, nas disciplinas Inglês, História, Matemática, Ciências, Geografia e Português nos dois semestres.

Observa-se que, apesar da Escola ter proporcionado ao aluno todas as oportunidades para se recuperar e do atendimento pedagógico da do pela família, este não conseguiu superar sua deficiências para ser promovido para a 7ª série. O processo de avaliação procurou ser coerente com esse propósito, seja na diversidade de instrumentos, seja no número de oportunidades e mesmo nos cálculos da média final, através de pesos, que valorizam o desenvolvimento demonstrado pelo aluno ao longo de todo o ano letivo.

Entende-se, nesse caso, que para o aluno seja melhor refazer a 6ª série até que techa condições de superar as suas dificuldades frente às atividades escolares. Não há nos autos nada que justifique a intervenção deste Colegiado na decisão da Escola.

3. CONCLUSÃO

Indefere-se o recurso impetrado pela Sra. Nilza Cintra Seixas solicitando revisão da avaliação final de seu filho na 6ª série do 1º grau em 1989, na Escola de 1º Grau "Novo Horizonte", Capital-13ª DE-DRECAP- 3.

São Paulo, 19 de março de 1990.

a) Consª Elba Siqueira de Sá Barretto
Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 09 de maio de 1990

a) Consº Francisco Aparecido Cordão
Presidente